



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

## TERMO DE REFERÊNCIA

(Art. 6º, inciso XXIII, da Lei n.º 14.133/2021)

### 1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer as diretrizes e especificações técnicas para a contratação de serviços, aquisição de bens ou execução de obras, conforme a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021).

1.2. É o documento necessário para a contratação de bens e serviços que deve conter os parâmetros e elementos descritivos previamente estabelecidos em legislação pertinente, sendo documento constitutivo da fase preparatória da instrução do processo de licitação.

### 2. DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “a” e “i”)

2.1. A presente contratação visa à **Aquisição de combustíveis (gasolina comum, álcool, óleo diesel comum e óleo diesel S-10) para a frota de veículos da Prefeitura Municipal de Borrazópolis**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

#### Lote 01 – (Participação de ampla concorrência)

**Aquisição de combustíveis (gasolina comum, álcool, óleo diesel comum e óleo diesel S-10) para a frota de veículos da Prefeitura Municipal de Borrazópolis**

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
01	Fornecimento de combustível (gasolina comum), de acordo com as normas da ANP	Litro	Conforme cálculo do preço médio de revenda praticado – referência Maringá	Conforme preço médio de revenda praticado – referência Maringá (sistema de	R\$ 600.000,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	(agência nacional de petróleo).		(sistema de levantamento de preços de combustíveis) emitido pela ANP.	levantamento de preços de combustíveis) emitido pela ANP.	
02	fornecimento de combustível (álcool etílico hidratado), de acordo com as normas da ANP (agência nacional de petróleo).	Litro	Conforme cálculo do preço médio de revenda praticado – referência Maringá (sistema de levantamento de preços de combustíveis) emitido pela ANP.	Conforme preço médio de revenda praticado – referência Maringá (sistema de levantamento de preços de combustíveis) emitido pela ANP.	R\$ 150.000,00
03	Fornecimento de combustível (óleo diesel comum), de acordo com as normas da ANP (agência nacional de petróleo).	Litro	Conforme cálculo do preço médio de revenda praticado – referência Maringá (sistema de levantamento de preços de combustíveis) emitido pela ANP.	Conforme preço médio de revenda praticado – referência Maringá (sistema de levantamento de preços de combustíveis) emitido pela ANP.	R\$ 500.000,00
04	Fornecimento de combustível (óleo diesel s-10), de acordo com as normas da ANP (agência nacional de petróleo).	Litro	Conforme cálculo do preço médio de revenda praticado – referência Maringá (sistema de levantamento de preços de combustíveis) emitido pela ANP.	Conforme preço médio de revenda praticado – referência Maringá (sistema de levantamento de preços de combustíveis) emitido pela ANP.	R\$ 1.500.000,00
<b>Total</b>					<b>R\$ 2.750.000,00</b>

2.2. Valor total estimado para a contratação **R\$ 2.750.000,00 (dois milhões e setecentos e cinquenta mil reais).**

2.3. Nos valores acima estão compreendidos, além do lucro, encargos, tributos, todas e quaisquer despesas de responsabilidade da empresa direta ou indiretamente.

2.4. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, dada a natureza geral, uma vez que traz padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

2.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme o Decreto Municipal n.º 26/2025.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS**

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

## **3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, “b”)**

---

3.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formação de Demanda – DFD e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”)**

---

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

### **Dos elementos/serviços que compõem o objeto:**

#### **Do ciclo de vida do objeto**

4.2. A análise do ciclo de vida do objeto tem por finalidade avaliar os aspectos relacionados à utilização dos combustíveis destinados ao abastecimento da frota municipal, considerando as etapas de fornecimento, armazenamento, consumo e controle operacional necessários à adequada execução contratual.

4.3. No âmbito da presente contratação, o ciclo de vida do objeto está diretamente vinculado ao consumo contínuo e imediato dos combustíveis pela frota de veículos e máquinas pertencentes à Prefeitura Municipal de Borrazópolis, tratando-se de insumo essencial ao funcionamento da estrutura administrativa e à execução dos serviços públicos prestados à população.

4.4. A abordagem do ciclo de vida busca demonstrar que a solução adotada observa critérios de eficiência operacional, regularidade no fornecimento, controle de consumo e conformidade com as normas técnicas e ambientais aplicáveis, garantindo adequada utilização dos recursos públicos e manutenção da capacidade operacional da Administração Municipal.

4.5. Além disso, a contratação considera a necessidade de fornecimento de combustíveis de qualidade, em conformidade com os padrões estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, contribuindo para preservação da vida útil dos veículos e equipamentos públicos, redução de falhas mecânicas e maior eficiência no desempenho da frota municipal.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.6. O ciclo de vida do objeto compreende o conjunto de etapas relacionadas ao fornecimento, utilização, controle e consumo dos combustíveis destinados ao abastecimento da frota municipal, abrangendo desde a aquisição junto à empresa fornecedora até sua efetiva utilização nos veículos e máquinas pertencentes à Prefeitura Municipal de Borrazópolis.

4.7. O ciclo de vida do objeto pode ser dividido nas seguintes fases:

a) Aquisição e Fornecimento

- i. Processo licitatório ou contratação conforme a legislação vigente.
- ii. Escolha de fornecedores que garantam qualidade e regularidade no abastecimento.
- iii. Definição da logística de entrega para atender às necessidades da frota municipal.

b) Armazenamento e Controle

- i. Manutenção de estoques adequados para evitar escassez e garantir a continuidade dos serviços.
- ii. Adoção de medidas para evitar perdas, vazamentos ou deterioração dos combustíveis.
- iii. Implementação de sistemas de controle para monitoramento do consumo e registro das movimentações.

c) Distribuição e Uso

- i. Abastecimento dos veículos e equipamentos de forma planejada e eficiente.
- ii. Monitoramento do consumo por setor e por tipo de veículo.
- iii. Treinamento dos servidores para o uso racional dos combustíveis, evitando desperdícios.

d) Monitoramento e Reposição

- i. Acompanhamento do consumo médio da frota para projeção de novas aquisições.
- ii. Análise de dados para otimização do uso dos combustíveis e melhor aproveitamento da frota.
- iii. Planejamento contínuo para reposição eficiente, garantindo a regularidade do abastecimento.

4.8. A adequada gestão do ciclo de vida dos combustíveis possibilita maior eficiência operacional, controle administrativo e racionalização dos recursos públicos, assegurando abastecimento contínuo da frota e contribuindo para a preservação da vida útil dos veículos e máquinas utilizados na execução dos serviços públicos.

4.9. Verifica-se, ainda, que a solução adotada observa os padrões técnicos, ambientais e regulatórios aplicáveis, especialmente quanto à qualidade dos combustíveis e às exigências estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, promovendo maior segurança operacional e eficiência na utilização da frota pública.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.10. Assim, resta demonstrado que o ciclo de vida do objeto atende adequadamente às necessidades da Administração Municipal, garantindo suporte contínuo às atividades institucionais e contribuindo para a prestação eficiente e regular dos serviços públicos essenciais à população.

## **Da garantia de qualidade do objeto**

4.11. A garantia de qualidade do objeto constitui elemento essencial da presente contratação, tendo por finalidade assegurar que os combustíveis fornecidos à Prefeitura Municipal de Borrazópolis atendam integralmente aos padrões técnicos, legais e regulatórios exigidos para sua adequada utilização na frota municipal.

4.12. Considerando que o objeto da contratação envolve o fornecimento de gasolina comum, etanol hidratado combustível, óleo diesel comum e óleo diesel S-10, torna-se indispensável que os produtos disponibilizados apresentem qualidade compatível com as especificações estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, garantindo segurança operacional, eficiência no desempenho dos veículos e preservação da vida útil dos motores e equipamentos públicos.

4.13. A observância dos critérios de qualidade possui relação direta com a continuidade e eficiência dos serviços públicos prestados pela Administração Municipal, uma vez que combustíveis inadequados ou fora das especificações técnicas podem ocasionar falhas mecânicas, aumento de custos de manutenção, redução da vida útil da frota e comprometimento da operacionalidade dos serviços essenciais.

4.14. Nesse contexto, a contratação deverá contemplar mecanismos de controle, fiscalização e responsabilização da contratada, assegurando que o fornecimento ocorra em conformidade com as normas vigentes, os padrões de qualidade exigidos e as condições técnicas necessárias ao adequado abastecimento da frota pública municipal.

a) A garantia de qualidade dos combustíveis pode ser assegurada por meio das seguintes diretrizes: Fornecimento de combustíveis em conformidade com as normas da ANP: A contratada deverá fornecer combustíveis que atendam integralmente às especificações técnicas, padrões de qualidade e critérios de composição estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, bem como demais normas legais e regulatórias aplicáveis à atividade de comercialização de combustíveis automotivos.

b) Garantia da procedência e qualidade dos combustíveis: Os combustíveis fornecidos deverão possuir procedência regular e comprovada, sendo vedado o fornecimento de produtos adulterados, contaminados, fora das especificações técnicas ou em desconformidade com os parâmetros exigidos pelos órgãos fiscalizadores competentes.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

- c) Responsabilidade da contratada pela qualidade do produto fornecido: A contratada será integralmente responsável pela qualidade dos combustíveis disponibilizados à Administração Municipal, respondendo administrativa, civil e eventualmente criminalmente por eventuais danos causados aos veículos, máquinas ou equipamentos públicos em decorrência do fornecimento de produtos inadequados ou adulterados.
- d) Disponibilidade de documentação comprobatória da regularidade: A contratada deverá manter atualizadas e disponíveis, sempre que solicitadas pela Administração Municipal, as licenças de funcionamento, autorizações regulatórias, certificados de qualidade e demais documentos exigidos pelos órgãos competentes para exercício regular da atividade.
- e) Fiscalização e controle pela Administração Pública: A Administração Municipal poderá realizar fiscalização periódica quanto à qualidade dos combustíveis fornecidos, inclusive mediante solicitação de testes, análises técnicas, coleta de amostras ou apresentação de laudos laboratoriais, sempre que houver indícios de irregularidades ou necessidade de verificação da conformidade dos produtos.
- f) Substituição e responsabilização em caso de irregularidade: Constatada qualquer irregularidade na qualidade dos combustíveis fornecidos, a contratada deverá adotar imediatamente as medidas corretivas necessárias, inclusive substituição do produto, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais cabíveis e do dever de ressarcimento por eventuais prejuízos causados à Administração Pública.
- g) Adequadas condições de armazenamento e abastecimento: A contratada deverá manter estrutura física e operacional adequada ao armazenamento e fornecimento dos combustíveis, observando normas técnicas, ambientais, de segurança e prevenção contra riscos de contaminação, vazamentos ou acidentes.
- h) Preservação da vida útil da frota municipal: O fornecimento de combustíveis dentro dos padrões de qualidade exigidos contribuirá diretamente para preservação da vida útil dos motores, sistemas mecânicos e componentes dos veículos e máquinas pertencentes à frota municipal, reduzindo desgaste prematuro e custos de manutenção corretiva.
- i) Garantia de continuidade operacional da frota pública: A manutenção da qualidade dos combustíveis fornecidos assegurará maior confiabilidade operacional da frota municipal, evitando falhas mecânicas decorrentes da utilização de produtos inadequados e contribuindo para continuidade dos serviços públicos essenciais.
- j) Conformidade ambiental e regulatória: A contratada deverá observar integralmente as normas ambientais, sanitárias, técnicas e regulatórias aplicáveis ao armazenamento, transporte e comercialização de combustíveis, mantendo regularidade perante os órgãos fiscalizadores competentes durante toda a execução contratual.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.15. A observância das especificações estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, aliada aos mecanismos de fiscalização e controle contratual, proporcionará maior segurança operacional à frota municipal, contribuindo para preservação da vida útil dos veículos e máquinas públicas, redução de falhas mecânicas e continuidade dos serviços públicos essenciais.

4.16. Além disso, a responsabilização da contratada quanto à procedência, qualidade e regularidade dos combustíveis fornecidos garante maior segurança jurídica e administrativa à contratação, promovendo eficiência na execução contratual e adequada aplicação dos recursos públicos.

4.17. Ante as considerações apresentadas, verifica-se que a garantia da qualidade do objeto configura requisito técnico essencial à regular e eficiente execução contratual, assegurando que os combustíveis fornecidos à Prefeitura Municipal de Borrazópolis estejam em plena conformidade com as especificações técnicas, exigências normativas e parâmetros regulatórios aplicáveis ao setor.

## **Da Padronização dos serviços que integram o objeto**

4.18. Os bens não compreendem o catálogo de Padronização inseridos na Portaria SEGES n.º 938/2022.

4.19. Conforme estabelece o inciso II do art. 19 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, este item poderá ser adotado conforme descrição apresentada.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei n.º 14.133/21)**

---

5.1. Dos critérios de sustentabilidade

### **Práticas para reduzir os impactos ambientais**

- i. Reutilização de resíduos vegetal e animal;
- ii. Aumentar a eficiência do uso da água;
- iii. Combate ao desmatamento;
- iv. Aumento da biodiversidade;
- v. Uso de energias de fontes renováveis.

5.2. O retorno dos investimentos em atividades sustentáveis não é perceptível no curto prazo. E, a cada ano, é necessário estabelecer novas metas e mostrar a evolução das suas práticas. O mais importante é que o comprometimento dessas práticas se inicie na liderança



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

da organização. Nesse sentido, proprietários/sócios precisam assumir um compromisso de longo prazo com ações sustentáveis, mesmo que isso implique em maiores custos no curto prazo. E, a partir da liderança, é necessário o alinhamento/engajamento de todas as metas com as equipes internas e externas. Nenhuma empresa sozinha vai conseguir por mérito próprio erradicar completamente todas as questões ambientais e sociais que o seu negócio impacta. A parceria externa é fundamental.

## **Da Subcontratação**

5.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **Do Parcelamento**

5.4. O objeto será licitado e contratado por lote e executado de forma parcelada, visando atender as necessidades das secretarias demandantes, conforme solicitação de despesa ou nota de empenho.

## **Do orçamento Sigiloso**

5.5. Não será adotado o orçamento sigiloso.

## **Da exigência de amostra**

5.6. Não há necessidade de apresentação de amostra.

## **Garantia da contratação**

5.7. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

## **Do requisito geográfico**

5.8. Será condição de aceitação da proposta na fase de julgamento que a licitante providencie/comprove após a declaração de vencedora no certame, sob pena de desclassificação, a localização do local onde serão efetuados os abastecimentos, contudo, a mesma deverá ser estabelecida obrigatoriamente estabelecido no perímetro urbano do Município de Borrazópolis - Estado do Paraná, podendo a empresa se utilizar-se de aplicativos da internet para tal comprovação.

5.9. O critério físico-espacial exigido se justifica em face ao princípio da economicidade, que vem expressamente previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal e representa, em síntese, na promoção de resultados esperados com o menor custo possível, tratando-se da





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

obtenção do melhor resultado estratégico possível de uma determinada alocação de recursos financeiros, econômicos e/ou patrimoniais em um dado cenário socioeconômico, para se obter a melhor proposta para a efetuação da despesa pública, isto é, se o caminho perseguido foi o melhor e mais amplo, para chegar-se à despesa e se ela fez-se com modicidade, dentro da equação custo-benefício.

5.10. Ante todo o exposto, infere-se que o princípio constitucional da economicidade da gestão de recursos e bens públicos autoriza o ente político-administrativo encarregado do específico e peculiar afazer hermenêutico constitucional dos elementos de fato informadores dos diversos processos subjetivos de tomadas de decisão de gastos/investimentos públicos “vis-à-vis” o conjunto objetivo dos resultados alcançáveis, qualificando-os, efetiva ou potencialmente, como ganhos ou perdas sociais, evitando-se, desse modo, a despesa pública antieconômica e a consequente perpetração, muitas vezes irremediável prejuízo social.

5.11. Por esses motivos é inviável para a administração pública, que a empresa vencedora efetue os abastecimentos em outro município, uma vez, que o deslocamento para a execução dos fornecimentos traria custos desproporcionais e prejuízo ao órgão público.

## **6. EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)**

### **Especificações Gerais**

6.1. Os valores deverão atualizados através do sistema de levantamento de preços do site eletrônico da ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (síntese dos preços médios ao consumidor) praticados no município de Maringá.

6.2. A presente contratação terá como referência a síntese dos preços médio de revenda praticados em Maringá (levantamento de preços) emitida pela ANP - Agência Nacional do Petróleo, disponível no site <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos>.

6.3. Para fins de emissão da solicitação de despesa ou das notas de empenho, deverá ser aplicado o percentual de desconto firmado através da(s) ata(s) de registro de preços, sobre o valor de referência através da média de preços de revenda atualizado para no município de Maringá dos combustíveis relacionados na síntese dos preços praticados - paraná (sistema de levantamento de preços) emitida pela ANP, utilizando sempre o preço médio de revenda.

6.4. A licitante vencedora deverá garantir que os preços dos combustíveis cobrados, para pagamento, terão como base o preço médio ao consumidor praticado no dia do abastecimento, tendo como referência os valores atualizados através do sistema de levantamento de preços do site eletrônico da ANP, sobre o qual será aplicado o desconto oferecido.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.5. O preço por litro do combustível deverá ser reajustado, para mais ou para menos, caso haja variação de preço praticado conforme o constante na síntese dos preços praticados (preço médio de revenda praticado – referência Maringá) sendo que, o percentual de desconto ofertado será inalterável.

6.6. A contratada deve manter em seu quadro profissionais capacitados e em número suficiente para o atendimento aos fornecimentos, sem interrupção, seja por qualquer motivo (férias, licenças, faltas ao serviço, etc.), além de observar a plena obediência à todas as normas ambientais, de segurança no trabalho, e demais legislações específicas vigentes.

## **Dos prazos, do local e das condições de fornecimento**

6.7. O abastecimento dos veículos de propriedade do Município quando solicitado será imediato e deverá ocorrer nas bombas de abastecimento de combustíveis da contratada, mediante requisição assinada pelo responsável. Este abastecimento deverá ocorrer necessariamente no perímetro urbano do município de Borrazópolis/PR, obedecendo às normas da Agência Nacional do Petróleo.

6.8. O abastecimento será realizado diretamente nas bombas de combustível da contratada, no endereço indicado na proposta, efetuado de forma parcelada, nos postos de revenda de combustíveis da Contratada.

6.9. A contratante encaminhará seus veículos oficiais até o posto de abastecimento, dentro do horário de funcionamento deste, o qual não poderá ser inferior ao intervalo de horário das 7 (sete) às 20 (vinte) horas.

6.10. O fornecimento de combustíveis deverá ser feito excepcionalmente por meio de documento de “requisição de fornecimento”, também disponibilizado pela Contratada e sob responsabilidade do Contratante, que deverá carimbar e assinar as requisições.

6.11. A contratada emitirá após o abastecimento o cupom fiscal eletrônico de abastecimento deverá ser devidamente preenchido com as informações relativas ao abastecimento e constar identificação do funcionário do posto que executar o fornecimento.

6.12. O sistema de gerenciamento eletrônico dos postos de abastecimento deverá possuir os requisitos mínimos para emitir e fornecer, a cada operação e por geração automática eletrônica, comprovante de abastecimento no qual deverão constar:

- a) Identificação do cliente;
- b) Constar o os dados de identificação do veículo;
- c) Placa do veículo;
- d) Data e hora do abastecimento;
- e) Tipo de combustível;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

f) Litragem abastecida e o respectivo valor unitário e valor total (já com o percentual de desconto contratado);

g) A kilometragem atual do veículo;

h) Espaço ou local para a assinada por funcionário autorizado pelo contratante.

6.13. A contratada deverá oferecer os recursos e meios necessários e suficientes para a supervisão e fiscalização da regularidade e correção dos abastecimentos, além de assegurar que:

a) Todo combustível registrado pela bomba seja efetivamente abastecido no veículo indicado;

b) Não sejam abastecidos veículos que não estejam cadastrados na frota da Instituição;

c) Os veículos cadastrados só sejam abastecidos com combustível para o qual está autorizado.

6.14. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

a) Os combustíveis objetos deste contrato deverão atender às especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, conforme legislação em vigor;

b) Os veículos serão encaminhados aos postos de combustíveis somente mediante prévia autorização;

c) Os abastecimentos dos veículos oficiais deverão ser realizados de segunda a sexta-feira, em horário comercial. Em casos excepcionais de eventualidades poderá ocorrer abastecimentos em finais de semana.

6.15. A contratada deverá emitir e encaminhar à contratante, semanalmente, nota fiscal dos produtos fornecidos no período anterior, das quais deverão constar as quantidades, por tipo de combustível, os valores unitários e totais deduzidos os descontos concedidos, expressos em reais.

6.16. A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos solicitados, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto desta especificação, bem como a respeito da qualidade dos combustíveis, casos em que a contratada deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade e a procedência dos combustíveis.

6.17. A qualidade dos combustíveis fornecidos pelos postos de revenda é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, ficando a seu encargo o controle e a fiscalização seguindo as exigências legais e as especificações técnicas da Agência Nacional de Petróleo – ANP.

6.18. O combustível será recusado nos seguintes casos:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

- a) Possuírem densidade fora dos padrões,
- b) Forem abastecidos em volume menor que o solicitado,
- c) Estiverem contaminados por quaisquer elementos não permitidos em sua composição
- d) For detectada presença de outras substâncias, em percentuais além dos permitidos em sua composição; e
- e) For detectado erro quanto ao produto solicitado.

6.19. O combustível recusado deverá ser substituído no prazo máximo de 1 (uma) hora, contadas a partir do recebimento da formalização da recusa pela contratante.

## **Das Alterações**

6.20. Eventuais alterações reger-se-ão pelas regras do CAPÍTULO VII - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS do TÍTULO III - DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, da Lei n.º 14.133, de 2021.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei n.º 14.133/21)**

---

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, e do método de aferição dos resultados, dentre outros.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

## Da Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

## Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

7.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

## Fiscalização Administrativa

7.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## Gestor do Contrato

7.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei n.º 14.133/21)**

---

### **Do Recebimento**

8.1. Os fornecimentos e serviços deverão ser executados no local e prazo constantes do termo referência e/ou outro local indicado conforme cronograma expedido pela unidade contratante na quantidade constante na programação expedida pelo responsável do contratante e conforme solicitação, correndo por conta do contratado todas as despesas necessárias para o cumprimento do objeto.

8.2. Os fornecimentos e serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, nos moldes do art. 140 da Lei n.º 14.133 de 2021.

8.3. Os fornecimentos e serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## **Prazo de pagamento**

8.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, no prazo máximo de 20 (vinte dias) úteis, a contar da liquidação da despesa.

8.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **Liquidação**

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018).

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei n.º 14.133/21)**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

## **Da modalidade e critério de julgamento**

9.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, pelo sistema REGISTRO DE PREÇOS, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO – POR ITEM.

## **Exigências de habilitação**

9.2. Os requisitos de qualificação e habilitação serão previstos no edital, detalhando as regras que serão aplicadas em conformidade com Lei n.º 14.133, de 2021, devendo ser exigidos os seguintes requisitos:

**Habilitação jurídica (Art. 66, Lei 14.133/21);**

**Habilitação Técnica (Art. 67, Lei 14.133/21);**

**Habilitação fiscal, social e trabalhista (Art. 68, Lei 14.133/21);**

**Habilitação Econômico-Financeira (Art. 69, Lei 14.133/21);**

**Declarações e outros documentos necessários.**

## **Requisitos contratuais**

9.3. Previamente à celebração da Ata de Registro de Preços a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF ou certidões fiscais;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

9.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei n.º 14.133/21)

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, a seguir:

Recurso: <input checked="" type="checkbox"/> Municipal <input checked="" type="checkbox"/> Recurso Estadual <input checked="" type="checkbox"/> Recurso Federal Categoria Econômica: <input checked="" type="checkbox"/> Corrente/Custeio <input type="checkbox"/> Capital/Investimento		
<u>Reduz.</u>	<u>Programática</u>	<u>Fonte</u>
8	02.003.04.122.0020.2.004.3.3.90.30.00.00.	1000
22	02.008.04.122.0020.2.002.3.3.90.30.00.00.	1000
69	03.006.04.122.0021.2.056.3.3.90.30.00.00.	1000
70	03.006.04.122.0021.2.056.3.3.90.30.00.00.	1510
98	03.023.04.129.0030.2.009.3.3.90.30.00.00.	1000
99	03.023.04.129.0030.2.009.3.3.90.30.00.00.	1510
111	03.029.04.122.0021.2.008.3.3.90.30.00.00.	1000
115	04.017.04.122.0025.2.103.3.3.90.30.00.00.	1000
116	04.017.04.122.0025.2.103.3.3.90.30.00.00.	1045
130	04.017.15.452.0325.1.201.3.3.90.30.00.00.	1000
131	04.017.15.452.0325.1.201.3.3.90.30.00.00.	1511





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

136	04.017.15.452.0326.2.021.3.3.90.30.00.00.	1000
141	04.017.15.452.0328.2.023.3.3.90.30.00.00.	1000
146	04.017.17.512.0325.1.202.3.3.90.30.00.00.	1000
147	04.017.17.512.0325.1.202.3.3.90.30.00.00.	1511
154	04.017.25.752.0327.2.018.3.3.90.30.00.00.	1507
163	04.017.26.782.0575.2.022.3.3.90.30.00.00.	1000
176	05.011.10.122.0428.2.084.3.3.90.30.00.00.	1303
182	05.011.10.301.0428.2.025.3.3.90.30.00.00.	1303
190	05.011.10.301.0428.2.085.3.3.90.30.00.00.	1303
202	05.011.10.302.0428.2.026.3.3.90.30.00.00.	1303
236	05.025.10.301.0428.2.032.3.3.90.30.00.00.	494
241	05.025.10.301.0428.2.033.3.3.90.30.00.00.	0494
248	05.025.10.301.0428.2.035.3.3.90.30.00.00.	0494
249	05.025.10.301.0428.2.035.3.3.90.30.00.00.	2494
252	05.025.10.301.0428.2.080.3.3.90.30.00.00.	2494
258	05.025.10.302.0428.2.034.3.3.90.30.00.00.	2494
269	05.025.10.303.0428.2.087.3.3.90.30.00.00.	2494
273	05.025.10.304.0428.2.029.3.3.90.30.00.00.	494
274	05.025.10.304.0428.2.029.3.3.90.30.00.00.	1303
281	05.025.10.305.0428.2.030.3.3.90.30.00.00.	494
289	06.019.08.122.0578.2.113.3.3.90.30.00.00.	1000
290	06.019.08.122.0578.2.113.3.3.90.30.00.00.	31844
332	06.019.08.245.0577.2.116.3.3.90.30.00.00.	1000
362	06.026.08.243.0483.6.008.3.3.90.30.00.00.	1000
369	06.026.08.243.0483.6.009.3.3.90.30.00.00.	1000
414	07.013.12.361.0188.6.001.3.3.90.30.00.00.	1103
415	07.013.12.361.0188.6.001.3.3.90.30.00.00.	1104
432	07.013.12.361.0188.6.002.3.3.90.30.00.00.	1102



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

438	07.013.12.361.0188.6.003.3.3.90.30.00.00.	1108
448	07.013.12.365.0190.6.005.3.3.90.30.00.00.	1103
449	07.013.12.365.0190.6.005.3.3.90.30.00.00.	1104
477	07.020.12.361.0239.6.006.3.3.90.30.00.00.	1103
478	07.020.12.361.0239.6.006.3.3.90.30.00.00.	1104
479	07.020.12.361.0239.6.006.3.3.90.30.00.00.	1111
480	07.020.12.361.0239.6.006.3.3.90.30.00.00.	31118
516	08.014.20.606.0111.2.107.3.3.90.30.00.00.	1000
551	09.015.13.392.0247.2.110.3.3.90.30.00.00.	1000
563	09.015.27.812.0228.2.109.3.3.90.30.00.00.	1000
573	10.044.26.782.0576.2.104.3.3.90.30.00.00.	1000
574	10.044.26.782.0576.2.104.3.3.90.30.00.00.	1052
575	10.044.26.782.0576.2.104.3.3.90.30.00.00.	1065
576	10.044.26.782.0576.2.104.3.3.90.30.00.00.	1504
586	05.025.10.301.0428.2.033.3.3.90.30.00.00.	32001
587	05.025.10.301.0428.2.033.3.3.90.30.00.00.	32003
588	05.025.10.301.0428.2.033.3.3.90.30.00.00.	32004
589	05.025.10.301.0428.2.033.3.3.90.30.00.00.	32005
604	05.025.10.305.0428.2.030.3.3.90.30.00.00.	3497

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O edital, a Ata de Registro de Preços ou outro instrumento hábil que o substitua oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à contratação.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Borrazópolis/PR, 29 de abril de 2026.

---

**Cristiano da Silva Stapait**

Secretário Municipal de Agropecuária, Meio  
Ambiente e Turismo

---

**Cleide da Silva Michelin**

Secretária Municipal de Educação

---

**Cesar Santos Soares**

Secretário Municipal Esportes, Lazer e  
Cultura

---

**André Luiz Pereira**

Secretário Municipal de Saúde

---

**Regina Marileide Giardini Ramalho**

Secretária Municipal de Desenvolvimento  
e Assistência Social

---

**Josiane Aparecida dos Santos**

Secretária Municipal de Administração e  
Finanças

---

**Edson Donizete Domingos**

Secretário Municipal de Obras,  
Viação e Serviços Urbanos

---

**Valter Iszczuk**

Secretário Municipal de Transportes e  
Manutenção de Veículos